

EDITORIAL

As várias facetas do Estado de Direito e a sua preservação

Nesta edição dos Cadernos da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança chegou-se, quase sem exceção, há um fio condutor centrado na figura do Estado. O exame dos seus dez artigos certamente levará o leitor a algumas reflexões oriundas do cruzamento das diferentes pesquisas.

Em primeiro lugar, notam-se os estudos focados na concepção de Estado adotada por Adam Smith (1723-1790), junto com outra pesquisa voltada para os *Federalist Papers*, gestados por três pais fundadores da independência norte-americana. Vê-se que o liberalismo de Adam Smith não era tão radical quanto alguns podem supor. Isso porque, ele se preocupava com o papel do Estado nas obras de infraestrutura voltadas ao desenvolvimento econômico do país e ao escoamento da produção. E, para tanto, enxergava a necessidade de uma tributação, ainda que limitada ao estritamente necessário. Tais reflexões do autor de *A Riqueza das Nações* (1776) quase coincidem – no tempo - com os *Federalist Papers*, que começaram a ser publicados nos Estados Unidos em 1788.

Os *Federalist Papers* foram uma série de 85 artigos que ajudaram a convencer as lideranças das antigas 13 colônias inglesas a ratificar a Constituição norte-americana, vigente até hoje. Foram essenciais para o desenvolvimento do modelo de democracia ocidental, na medida em que advogavam um sistema de governo que protegeria os direitos individuais. Ainda que admitindo um governo central, o contrabalançava com um poder legislativo que respeitava a representatividade da população e dos entes federados.

Com a evolução dos diferentes regimes democráticos, muitos deles inspirados por um ou outro valor da Constituição norte-americana e pelo modelo econômico e estatal de Adam Smith, problemas foram naturalmente surgindo.

Na América Latina criou-se uma tradição caudilhesca, onde boa parte da população busca a segurança sob a figura de um líder protetor e carismático. Assim nasceram as linhagens peronista na Argentina, chavista na Venezuela, castrista em Cuba e getulista no Brasil, apenas para citar alguns exemplos. E esta realidade ainda é muito presente, em todos os matizes ideológicos, inclusive no Brasil. Daí a preocupação de um de nossos articulistas com a interferência dos presidentes da República em nossas instituições democráticas.

Mas esta edição vai além, pois mostra que o desvirtuamento das instituições básicas do Estado de Direito também pode ser visto no maior país europeu: a Federação Russa. Assim se mostra que o Ministério Público, tão importante para a defesa de direitos e garantias individuais

em diversos países, também pode ser um instrumento de opressão. Vê-se que a *prokuratura* russa é caracterizada por uma estrutura que nega autonomia aos seus membros e que possui uma autoridade que recusa direitos básicos aos acusados por crimes.

Em um outro sentido, a leitura deste volume nos permite ainda refletir sobre os efeitos das novas tecnologias na vida do Estado Brasileiro. Discute-se a Inteligência Artificial na Administração Pública brasileira, analisando seus efeitos sobre a eficiência e agilidade dos serviços públicos. Há ainda espaço, em outro artigo, para o reflexo dos debates eleitorais televisionados dos candidatos à Presidência da República no *Twitter*, sob o prisma da “polarização política afetiva”.

O papel do Estado na realização das suas finalidades básicas também não foi olvidado. Deste modo, dois artigos abordam o uso das novas tecnologias na educação. Outro texto, em nível municipal, trata de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável na esteira da Agenda 2023 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Por fim, não se olvidou a relação entre Estados soberanos, ao se abordar a necessidade de Cooperação Internacional no que se refere ao combate ao crime organizado.

Mas não é só. Nesta edição decidimos publicar os resumos de diversos trabalhos de conclusão de curso (TCCs) de alunos da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança do Grupo UNINTER. Trata-se de uma forma de mostrar à sociedade o papel da nossa instituição como promotora de pesquisa, nos mais diversos campos do conhecimento. Tal iniciativa deverá ser permanente, sempre focada nos melhores trabalhos.

Por tudo isso, acreditamos estar oferecendo um volume com temas complementares, ricos em reflexões e de interesse não somente para os estudiosos das Ciências Humanas, mas também para o público em geral. Ademais, nossa equipe está convicta de ter realizado uma seleção criteriosa, que resultou em uma dezena de artigos de grande qualidade técnica. Como resultado desses esforços, nota-se um afluxo maior de textos submetidos aos Cadernos da ESGPPJS, o que abre novas perspectivas para esse projeto.

Em sendo assim, desejamos a todos uma boa leitura!

Curitiba, dezembro de 2024.

Prof. Dr. Marcos da Cunha e Souza

Editor do Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança